

GEOGRAFIA E PLANEJAMENTO: APOGEU E CRISE

GEOGRAPHY AND PLANNING: APOGEE AND CRISIS

GEOGRAFÍA Y PLANIFICACIÓN: APOGEO Y CRISIS

Jacob Binsztok

Universidade Federal Fluminense – UFF

Geografia

jacob.binsztok@gmail.com

Resumo

O tema proposto é controverso e simultaneamente instigante, pois a Geografia participou ativamente do Planejamento no Brasil e no mundo durante um razoável período histórico. A partir da década de 1990, coincidindo com a redução do papel do Estado na sociedade, o Planejamento, praticamente, deixou de existir e a ciência geográfica acompanhando os movimentos globais influenciados pelas concepções neoliberais fracionou seu objeto, atomizando estudos e pesquisas. O advento das políticas neoliberais, o declínio do keynesianismo, e o aparecimento das Organizações Não-Governamentais (ONG's) construíram novas formas de intervenção, pautadas principalmente, pela terceirização, flexibilização e precarização das relações de trabalho, tentando suplantar o antigo paradigma do Estado de Bem-Estar Social vinculado ao fordismo, que privilegiava a industrialização como instrumento destinado a superar o subdesenvolvimento e reduzir os altos níveis de desigualdades sociais reinantes nos países periféricos. Neste sentido, esta temática será abordada, realçando o apogeu e crise do keynesianismo e suas implicações para o Planejamento e para a Geografia, posteriormente, examinaremos as formas adotadas pela expansão do capital flexível e o crescente papel assumido pelas Organizações Não-Governamentais – ONG's no Brasil e no mundo. Por último, detectamos tendências desses movimentos e suas implicações para o desenvolvimento da Ciência Geográfica na contemporaneidade.

Palavras-chave: Planejamento, Estado do Bem-Estar Social, Fordismo, Capital flexível

Abstract

The proposed theme is both controversial and provocative, because Geography actively participated in the planning in Brazil and around the world during a reasonable period of the

history. From the 1990s, coinciding with the reduced of the role of state in society, Planning practically ceased to exist and the geographical science following the global movements influenced by neoliberal conceptions fractionated its object, atomizing studies and research. The advent of neoliberal policies, the decline of Keynesianism, and the emergence of non-governmental organizations (NGOs) have built new forms of intervention, mostly marked by outsourcing, flexibility and precariousness of labor relations, trying to supplant the old paradigm of the Welfare State associated to Fordism, which favored industrialization as a tool to overcome underdevelopment and reduce high levels of social inequality prevailing in the peripheral countries. This way, the theme will be discussed, highlighting the rise and crisis of Keynesianism and its implications for the Planning and Geography in order to, subsequently, examine the ways adopted by the expansion of flexible capital and the increasing role played by non-governmental organizations - NGOs in Brazil and worldwide. Finally, we try to detect trends in these movements and their implications for the development of Geographic Science nowadays.

Keywords: Planning, Welfare State, Fordism, Flexible Capital

Resumen

El tema es controversial y provocadora, porque Geografía participó activamente en la planificación, en Brasil y en el mundo en un período razonable de historia. Desde la década de 1990, coincidiendo con la reducción del papel del Estado en la sociedad, Planificación prácticamente dejó de existir y la ciencia geográfica siguiendo los movimientos globales influido por las concepciones neoliberales fraccionado su objeto, atomización estudios e investigaciones. El advenimiento de las políticas neoliberales, la disminución del keynesianismo y el surgimiento de las organizaciones no gubernamentales (ONG) han incorporado nuevas formas de intervención, en su mayoría marcados por la externalización, la flexibilidad y la precariedad de las relaciones laborales, tratando de sustituir el viejo paradigma del Estado del Bienestar Bienestar Social con enlace a fordismo, lo que favoreció la industrialización como una herramienta para superar el subdesarrollo y reducir los altos niveles de desigualdad social que prevalecen en los países periféricos. En este sentido, se discutió este tema, destacando el auge y crisis de keynesianismo y sus implicaciones para la planificación y Geografía posteriormente examinar las formas adoptadas por la expansión del capital flexible y el creciente papel que desempeñan las organizaciones no gubernamentales - ONG en Brasil y en todo el mundo. Por último, se detecta tendencias en estos movimientos y sus implicaciones para el desarrollo de la ciencia geográfica en la actualidad.

Palabras clave: Planificar, Estado de Bienestar Social, Fordismo, Capital Flexible

Introdução

Apogeu

As concepções keynesianas aplicadas ao espaço geográfico remontam aos primórdios dos anos de 1920, com o famoso experimento do *Tennessee Valley Authority* – TVA, que abrangeu o vale do Rio Tennessee, afluente do Rio Missouri e por consequência afluente do Rio Mississippi. A região em virtude de seu antigo caráter escravocrata e latifundiário encontrava-se em um prolongado declínio e segundo Bernard Kayser poderia ser considerada uma área “deprimida”, ocupada por antigas “plantations” algodoeiras e pela cultura do fumo, apresentando ainda intensa depredação de recursos naturais e razoáveis níveis de pobreza de sua população.

O *Tennessee Valley Authority* concebido pelo Governo Central dos Estados Unidos para atenuar desequilíbrios regionais e para estabelecer políticas compensatórias decorrentes do colonialismo interno norte-americano, em virtude de suas intervenções nos setores de infraestrutura de transporte, irrigação, drenagem, eletrificação rural, conservação dos recursos naturais, reforma judiciária e reforma agrária, a partir dos anos de 1930 exercerá uma forte influência nos formuladores de políticas públicas em nosso país.

A Companhia Hidrelétrica do Vale de São Francisco, fundada em 1948 com a construção da Usina de Paulo Afonso, representou um desejo de reproduzir no país um empreendimento similar ao *Tennessee Valley Authority*, embora não tenha tido a mesma magnitude, a Companhia iniciou um processo de regularização fundiária na região, contando com a participação de geógrafos oriundos do IBGE, que elaboravam mapas temáticos sobre a área de influência da usina e também, cartas referentes ao clima, solo, vegetação, relevo e uso da terra.

O empreendimento representava a seleção de uma bacia hidrográfica como unidade de planejamento governamental semelhante ao ocorrido no Vale do Tennessee, porém no caso brasileiro as diferenças de escala são grandes, na medida em que a extensão do Vale do São Francisco não poderia ser comparada com o similar norte-americano. No caso, deveria ser eleito um sub-afluente de proporções reduzidas para que as intervenções de monitoramento e controle pudessem ser factíveis.

A radicalidade adotada pelos defensores do rodoviarismo repetindo o slogan de Washington Luis, “onde governar é abrir estradas”, reduziu a importância do transporte fluvial e costeiro, pois um grande número de rodovias foram construídas em paralelo aos cursos fluviais e costeiros acarretando uma acirrada competição, prevalecendo a estrada como elemento estruturante da economia e das sociedades locais em detrimento da circulação fluvial e costeira.

Na região Amazônica anteriormente privilegiada por intensa circulação, também sofre influência do rodoviarismo com abertura de estradas pioneiras de povoamento e colonização em detrimento dos tradicionais circuitos de transporte fluvial. No caso, podemos citar a abertura da Belém-Brasília, da Brasília-Acre e, recentemente, da Cuiabá-Santarém, como exemplos da redução/eliminação dos eixos de circulação fluviais.

A influência Keynesiana pode ser constatada quando verificamos que comandada pelo Ministro da Fazenda Oswaldo Aranha, se constituiu no 1º Governo Vargas em 1930 a primeira geração de instituições destinadas ao enfrentamento dos efeitos colaterais da Crise de 1929, estabelecendo o controle e o aumento da eficiência na produção de produtos primários. Assim, foram criados o Instituto Brasileiro do Café (IBC), Instituto Brasileiro do Açúcar e do Alcool (IAA), Instituto Nacional do Mate (INM), o Instituto Nacional do Pinho (INP), o Instituto Nacional do Sal (INS) e a Comissão Executiva do Planejamento do Cacau (CEPLAC).

Os procedimentos keynesianos, consideradas inflacionárias pelos setores conservadores, ao contrário das iniciativas neoliberais, tinham como prioridade no campo promover a extensão rural e assistência técnica bem como a implantação de infraestrutura, incentivando projetos de plantio de árvores para controle de processos erosivos, pavimentação de estradas, construção de pontes, represas, obras de irrigação e drenagem e reformas na estrutura fundiária. Estas propostas apresentavam significativos rebatimentos no espaço agrário, construindo instituições como a EMATER, EMBRAPA, CONAB que possuem, apesar das dificuldades, grande capilaridade em um país extenso como o nosso.

Uma segunda geração de intervenções keynesianas foram iniciadas com a fundação do IBGE, em 1937, visando a centralização dos sistemas de informações geográficas e estatísticas até aquele momento dispersas por uma série de instituições. Neste sentido, a constituição do IBGE visava dotar o Estado de uma estrutura de informações estratégicas indispensáveis ao planejamento das ações de intervenção.

Nesta linha o Estado Novo (1937-1945) realizou diversos procedimentos destinados a ampliar a atuação governamental, já agora voltado para a industrialização, como a nacionalização das reservas de ferro da *Itabira Iron Company*, localizadas em Minas Gerais, constituindo em 1940, os fundamentos da Companhia Vale do Rio Doce. Na sequência, o Governo inicia a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, após uma série de debates internos, na cúpula do poder central, sobre a localização deste significativo, marco da industrialização no país. Assim, algumas correntes defendiam a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional, em Minas Gerais, próximas as jazidas do quadrilátero ferrífero, representadas pelas cidades de Itabira, Mariana, Ouro Preto e

Sabará, outras preconizavam o empreendimento privilegiando o estado de São Paulo, beneficiando os mercados consumidores e outros grupos defendiam a implantação siderúrgica no sul do país, favorecido pelos depósitos do triângulo carbonífero de Santa Catarina, formado pelas cidades de Urussanga, Sideropolis e Cricma.

A opção de Vargas por Volta Redonda localizada entre os estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, foi apoiada pelo Relatório de Roberto Simonsen, privilegiando a equidistância dos centros consumidores e detentores de mteria prima, inaugurando uma nova concepção de localização de empreendimentos industriais, distantes dos parâmetros preconizados pelos tradicionais centros siderúrgicos, que privilegiavam o determinismo da localização das jazidas de carvão, de ferro e das instalações portuárias.

Com objetivo de compensar os estados de São Paulo e de Minas Gerais que não foram, inicialmente, contemplados pela implantação de usinas siderúrgicas estatais, o Estado, na década de 1960, inicia a construção da Companhia Siderúrgica Paulista – COSIPA, localizada em Santos e também a USIMINAS, Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais, em Ipatinga.

A implantação da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda inicia uma importante alteração espacial, criando os fundamentos para a formação do sudeste brasileiro, tendo o Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Vitória como os principais centros urbanos da primeira região geoeconmica no país substituindo o antigo leste brasileiro constituído por estados litorâneos como Sergipe e Bahia que foram incorporados ao nordeste, o sudeste forma uma nova “core área” não mais constituída somente de produtos agrícolas para exportação mas, também, fundamentada na urbanização e industrialização.

Uma terceira geração de instituições keynesianas foi construída durante o 2o Governo Vargas. Iniciada pela criação da Petrobras, Banco Nacional de Desenvolvimento e Econmico (BNDE) e Eletrobrás representando uma nítida opção pela industrialização do país sob o comando do Estado. Para alguns autores, o período iniciado após 1930, pode ser denominado de Nacional Desenvolvimentismo, de cunho nacionalista, preconizava um pacto entre o Estado, setores empresariais nacionais e núcleos trabalhistas visando formatar uma aliança contra os interesses do capital estrangeiro e simultaneamente construir uma reserva de mercado para as empresas brasileiras.

Nestes empreendimentos keynesianos a influencia geográfica foi reduzida, pois estas empresas não se preocupavam em suas relações com o entorno e tampouco estavam atentas para as implicações regionais do Nacional Desenvolvimentismo. Recentemente este procedimento foi alterado, pois as empresas estatais foram cobradas pelos seus impactos ambientais, incluindo, ainda de forma precursora,

a participação do geógrafo em programas, diagnósticos, monitoramento e acompanhamento destas intervenções.

A participação do geógrafo nestas iniciativas está associada a produção de um conhecimento de síntese, envolvendo aspectos naturais, sociais, econômicos e culturais.

É importante ressaltar a completa ausência dos trabalhadores rurais neste pacto, percebidos por Oliveira Viana e outros como “resíduos feudais” não contemplados pela legislação trabalhista varguista, que cooptava os trabalhadores urbanos. Somente com o Governo Militar, a legislação trabalhista foi estendida aos trabalhadores rurais e eliminando um expressivo contingente de meeiros, percebidos como “resíduos feudais” a serem suprimidos com a expansão capitalista no campo. Neste sentido, o campo brasileiro, segundo Caio Prado Junior ficaria restrito somente a duas classes, de um lado os trabalhadores, representando o proletariado rural, e de outro, os grandes proprietários de terra no papel de empresários do campo.

A partir da década de 1970, a presença do campesinato como classe começa a ser mencionada em estudos inicialmente na Sociologia e, posteriormente, na Geografia, dedicados ao exame das relações de trabalho no campo mostrando que a antiga dicotomia preconizada pelos autores marxistas da década de 1960 necessitava de uma revisão teórica e novas comprovações empíricas, pois apesar da expansão das grandes propriedades, também, aumentou a presença de pequenos proprietários no campo, revelando o caráter desigual e contraditório do desenvolvimento capitalista brasileiro.

A ideologia Nacional Desenvolvimentismo influenciou a Geografia praticada no âmbito ibegeano, tendo sido responsável pela publicação de inúmeros trabalhos de natureza urbana e rural, subsidiando atividades de planejamento no país. A instituição participou por intermédio da Diretoria de Levantamentos Geodésicos da seleção de locais destinados a sediar a futura capital do país, nesta questão a opção pelos técnicos e militares era implantar no centro geométrico do país, a Brasília Legal, representando o contexto defensivo, vivenciado pelo Brasil na denominada Guerra Fria. Tratava-se de implantar uma cidade a salvo de ataques aéreos, principalmente, do nosso hipotético inimigo, a Argentina.

Em relação à Segurança Nacional podemos mencionar as intensas articulações entre da Geografia Ibegeana e a Escola Superior de Guerra, realizadas principalmente nas décadas de 1950 e 1960 com um grande número de geógrafos colocados a disposição da instituição como estagiários e posteriormente como conferencistas do corpo permanente. Também foram relevantes os estudos feitos pelos geógrafos do IBGE para a delimitação da Faixa de Fronteiras, prevalecendo o critério de 150 Km² como área sujeita a legislação de Segurança Nacional, preconizando diretrizes para sua ocupação e colonização.

Crise

As instituições do setor primário, com exceção da CEPLAC, foram extintas no decorrer do tempo, terminando em 1990, com a liquidação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e do Instituto Brasileiro do Café (IBC), atingidos pela maré neoliberal promovida pelo Governo Collor. O pretexto era a redução do gigantismo do Estado e combate as concepções keynesianas, como instrumento de controle da inflação, na medida em que estas foram consideradas responsáveis pelo forte recrudescimento de ciclos inflacionários.

Os estabelecimentos industriais oriundos do keynesianismo varguista e do governo militar não foram totalmente eliminados, como os do setor primário, conforme as determinações do Programa Nacional de Privatizações, executado pelo BNDES, proporcionando maciças transferências de recursos públicos para o privado, representados, na época, por conglomerados como Bozano Simonsen, Norberto Odebrecht, Gerdau, Garantia, Vicunha e outros, mudando significativamente o ranking das empresas estatais sediadas no Rio de Janeiro, contribuindo para o “enxugamento” do setor público, exigido pela base técnica, como condição indispensável para o “ajuste” das contas do governo, e conseqüente estabilidade econômica e liquidação do planejamento como uma atividade de médio/longo prazo.

Os conglomerados, detentores de numerosos títulos públicos e excedentes financeiros, acumulados nos surtos inflacionários, segundo a lógica ditada pelo mercado, estariam aptos a apropriar-se de empresas estatais “ineficientes”, por intermédio de leilões, por vezes não transparentes, realizados na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, em função da “competência” e “eficiência” do setor privado, ao contrário da propalada “estagnação” demonstrada no setor público. Desta forma, foram privatizadas a Companhia Siderúrgica Nacional, a USIMINAS e a COSIPA.

A privatização da Companhia Siderúrgica Nacional realizada em leilão na Bolsa de Valores exemplifica a sinuosidade destas operações, pois a empresa foi inicialmente arrematada por um conjunto de acionistas liderados pelo controlador do extinto Banco Bamerindus de propriedade do grupo paranaense Andrade Vieira, que teve um dos seus dirigentes alçado ao posto de Ministro da Agricultura no governo Itamar Franco. Posteriormente a CSN passou para o controle do grupo têxtil paulista Vicunha, liderado por Benjamim Steinbruch. As relações do grupo com o Rio de Janeiro sempre foram tensas, tendo seu controlador transferido a sede da empresa para São Paulo e atingido a vice-presidência da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP). A empresa mantém, com a comunidade de Volta Redonda, uma relação conflituosa, com uma série de problemas crônicos, inclusive na construção de conjuntos habitacionais edificadas em terrenos contaminados por substâncias tóxicas.

A relação da CSN com a comunidade de Volta Redonda revela que o Programa Nacional de Privatização não estabeleceu nenhuma prioridade para as empresas se dedicarem ao planejamento do entorno de seus empreendimentos e, também, não assumiram nenhum compromisso vinculado ao planejamento regional, condição indispensável quando se trata de um Complexo Industrial desta magnitude. No período em que a CSN foi controlada pelo Estado, a empresa apoiava grande parte das iniciativas municipais tendo inclusive contribuído para a construção da Escola Técnica Pandiá Calogeras e, posteriormente, colaborado na implantação do Curso de Metalurgia da Universidade Federal Fluminense.

O Programa Nacional de Privatizações, além dos leilões, também utilizou outros métodos, eliminando a participação estatal na indústria petroquímica, composta de 27 empresas reunidas na Petroquisa, extinta, sem o ruído e a publicidade da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, distante dos movimentos de protestos contrários à privatização, convocados pelos sindicatos e partidos de oposição que agitaram a Praça XV, um dos centros decisórios de políticas neoliberais no país. No caso do setor petroquímico, as ações do setor público foram simplesmente transferidas para os sócios do setor privado dos empreendimentos resultando, dessas operações, o significativo aumento da presença dos grupos Odebrecht e Mariani na indústria petroquímica e, posteriormente, com a saída do segundo, o predomínio absoluto do primeiro.

A Petrobras não foi incluída no Programa Nacional de Privatizações, em virtude de reações adversas de políticos, militares e movimentos sociais de cunho nacionalista, porém mediante a formulação de um novo pacto, foram acertados no Congresso Nacional, em 1997, pela Lei nº 9.478 os fundamentos para a flexibilização do monopólio estatal, permitindo associações, envolvendo a empresa e corporações nacionais e estrangeiras, objetivando o aumento da exploração e produção de petróleo no país.

A associação da Petrobras com empresas nacionais e estrangeiras para exploração e produção de petróleo e gás, ao contrário ocorrido no Programa Nacional de Privatizações, atraiu novos atores para o setor, que paulatinamente passaram a sediar seus escritórios nas imediações da empresa, revigorando a centralidade na cidade do Rio de Janeiro que se encontrava ociosa.

Em nenhum momento se colocava que a proposta de Keynes visava apenas o enfrentamento temporário dos efeitos gerados pela Crise de 1929, principalmente em relação às consequências sociais decorrentes do desemprego em massa, assim o Estado deveria intervir somente em uma dimensão conjuntural. Com o abrandamento da crise, o Estado, paulatinamente, se retiraria do fomento a estas instituições.

É importante registrar que a Ciência Geográfica não participou ativamente do planejamento das empresas estatais privatizadas com o advento das políticas

neoliberais, a participação dos geógrafos nestes empreendimentos se inicia com os requisitos formulados pelos órgãos ambientais, principalmente no que se refere ao licenciamento para operação das plantas industriais e também para as atividades de monitoramento e controle. Neste sentido, podemos afirmar que essa participação é recente, não envolvendo a geografia ibegeana e contando com a colaboração de pequenos grupos de pesquisadores inseridos em centros e departamentos universitários, geralmente recrutados de forma isolada pelas empresas, como no caso da Petrobras e da Companhia Vale do Rio Doce.

A crítica contundente realizada pelos liberais ao keynesianismo possibilitou sua aproximação com setores marxistas, que reconheciam no seu ideário possibilidades de alianças, envolvendo o Estado na promoção do planejamento e consequentemente reduzindo a importância do mercado na condução da economia. Assim, geógrafos marxistas franceses como Pierre George, Bernard Kayser, Jean Tricart, entre outros se aproximaram das instituições de planejamento colocando a Geografia na órbita desses interesses. Este movimento também envolveu geógrafos brasileiros de diversas tendências, alguns do IBGE, outros não, da instituição poderíamos mencionar Pedro Geiger, Roberto Lobato Corrêa, Lysia Bernardes e Fany Davidovich, inspirados por Pierre George e Michael Rochefort, Antônio Teixeira Guerra e Alfredo Porto Domingues, influenciados por Francis Ruelan e Orlando Valverde, Walter Egler e Nilo Bernardes, pelo geógrafo alemão Leo Waibel; e da Academia, como Milton Santos e Aziz AB'Saber, influenciados por Jean Tricart e Manoel Correia de Andrade, da Fundação Joaquim Nabuco e da Universidade Federal de Pernambuco, que teve com Pierre Monbeig uma longa parceria em seus estudos e pesquisas na França.

Uma das últimas contribuições do IBGE para o Planejamento na década de 1970 representando o Nacional Desenvolvimentismo refere-se aos trabalhos realizados entre a instituição e o Instituto de Planejamento de Economia Aplicada (IPEA) onde os geógrafos franceses Michael Rocheford e Bernard Kayser juntamente com geógrafos ibegeanos e economistas brasileiros elaboraram estudos e pesquisas sobre o setor terciário, urbanização e industrialização do país. Neste período o IBGE também realizou pesquisas sobre as áreas de influência das principais metrópoles brasileiras, fundamentando procedimentos que serviu de subsídios para a criação das regiões metropolitanas do país.

Com a redução das atividades estatais iniciou-se paulatinamente um processo de transferência de pautas para as ONGs (organizações não governamentais), na medida em que, demandas reprimidas, principalmente ambientais, não contempladas pelo Estado provocavam grande descontentamento na população.

Neste sentido, as ONGs ambientalistas iniciaram mediações entre o Estado, acuado pelas demandas, e a população atingida pela degradação ambiental. O contexto

histórico representava o fim do ciclo de governos militares e as ONGs apareciam com representantes da sociedade civil organizada, resultante de movimentos sociais originários de associações de moradores urbanos e de produtores rurais no campo.

Os geógrafos que participam dos movimentos sociais colaboraram a nível individual com as ONGs e associações de moradores ao lado de outros atores de diferentes categorias profissionais, construindo uma Geografia militante, onde lutas sociais e a ciência se confundiram não possibilitando a emergência de intervenções que caracterizam o planejamento.

Em relação ao financiamento, as primeiras ONGs foram bancadas pelos seus associados, em grande parte, oriundos de setores médios da população, posteriormente as ONGs aumentaram significativamente sua atuação e passaram a contar com financiamento, provenientes de duas fontes: a primeira oriunda de recursos públicos, estaduais ou federais; e a segunda originária de grandes corporações nacionais e internacionais. No caso podemos citar o depoimento de um dos dirigentes do Greenpeace que declarou que a forte oposição a energia nuclear feita pela organização era para atender patrocinadores vinculados a cadeia produtiva de petróleo.

A rápida reprodução das ONGs irá contribuir para a redução da influencia do Estado nas questões ambientais e sociais e sua transferência para o domínio privado considerado mais eficiente, menos burocrática e de custo mais baixo, inserido nos procedimentos neoliberais que a partir de 1990 acompanham os movimentos assimétricos da globalização e suas repercussões a nível nacional, regional e local. Como exemplo da redução da influência do Estado e aumento da participação das ONGs na esfera municipal pode-se mencionar o papel desempenhado pela ONG Viva Rio que domina amplamente a política social da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e que recentemente foi convidada a participar de atividades em comunidades de baixa renda pacificadas pela intervenção militar do Brasil no Haiti. O fato revela a articulação do local, nacional e global na atuação das ONGs privilegiando o domínio privado em detrimento das ações do poder público.

Considerações

Na análise da contribuição geográfica para o planejamento verificamos que o seu apogeu ocorre nas décadas de 1960 e 1970, principalmente, no âmbito do IBGE, que a partir desse período começa a perder sua importância na máquina administrativa, pois, na década de 1960 a instituição, por intermédio dos Conselhos Nacional de Geografia e Nacional de Estatística, estava subordinada à Casa Civil da Presidência da República. Esta hierarquia foi perdida no decorrer do tempo, quando

a instituição ficou subordinada ao Ministério do Interior e, também, ao Ministério do Planejamento. O caráter estratégico representado pela subordinação à Casa Civil jamais foi recuperado pela instituição, acrescenta-se o fato de que a importância do planejamento para macropolítica brasileira declina a partir da década de 1980.

A Universidade que agregou e expandiu a pesquisa básica por intermédio de um grande número de Cursos de Pós-Graduação, a partir da década de 1990, fomentados pelo Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES) não conseguiram contribuir para que a Geografia recuperasse a antiga dimensão ibegeana no planejamento, sendo praticamente inexistentes as intervenções geográficas e das demais Ciências Sociais nos setores de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento). Havendo, inclusive, sérias restrições no meio acadêmico a este tipo de atividade considerada por um grande número de geógrafos como uma capitulação da Universidade aos interesses do capital. O importante, neste caso, é que houvesse uma rigorosa mediação entre os diferentes atores envolvidos.

A ausência da ciência geográfica nesse importante setor abre uma perigosa brecha para a inserção de setores não comprometidos com a preservação ambiental e, tampouco, com a justiça social, desconhecendo realidades locais, tornam-se responsáveis por significativos impactos e desequilíbrios espaciais.

Referências

BINSZTOK, Jacob. Principais vertentes (escolas) da (des) ordem Ambiental.

Território Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. SANTOS, Milton *et al.* Rio de Janeiro: DR&A, 2006. 2^a.ed. 416p.

BINSZTOK, Jacob. Expansão do processo de acumulação de capital flexível no espaço agrário brasileiro. BARBOSA, Luiz Jorge & LIMONAD, Ester. (org).

Ordenamento Territorial e Ambiental. Niterói: Editora da UFF, 2012.282p.

Trabalho Enviado em 07/02/2013

Trabalho Aceito em 08/09/2013